



-----**Mandato 2013/2017**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

-----**Ata Número Sessenta e três**-----

Aos três dias do mês de abril de dois mil e dezassete reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo. -----

----- Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista. -----

----- Às doze horas e dez minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Aprovação da ata 60, de 16.1.2017 (doc 1) -----
- 2. Preparação da 138ª reunião da AML, 11.4.2017 - Sessão ordinária de abril, com apreciação de relatório e contas e revisão orçamental -----
- 3. Ajustamento do calendário (doc 2) com fixação da data das eleições locais -----
- 4. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 3) -----
- 5. Resultados da reunião de presidentes de assembleias municipais realizada em 31.3.2017 -----
- 6. Resultados da reunião com Ministro da Saúde em 28.3.2017 -----
- 7. Comemorações do 25 de abril e 1º de maio -----
- 8. Outros assuntos -----

Ponto 1 - Aprovação da ata nº 60 da Conferência de Representantes, de 16.01.2017 (doc 1) -----

----- **A Senhora Presidente** deu início à aprovação do ponto um da Ordem de Trabalhos, submetendo o *draft* da ata número sessenta à consideração e votação da Conferência, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----2. Preparação da 138ª reunião da AML, 11.4.2017 - Sessão ordinária de abril, com apreciação de relatório e contas e revisão orçamental-----

----- **A Senhora Presidente** lembrou que a reunião seguinte, que se iria realizar no dia onze de abril, era uma reunião ordinária. Referiu que iriam ter PAOD, Informação Escrita e as contas. -----

----- Disse que tinham duas propostas da Câmara que só iriam ser votadas na semana seguinte. Propôs que a 1ª Comissão começasse a olhar para aquelas matérias e chamasse o Senhor Vereador das Finanças. -----

----- Sugeriu que se mandasse tudo para a 1ª Comissão, que tinha a obrigação de emitir o Parecer, e enviar também para as Comissões correspondentes, apenas para conhecimento, sem a obrigação de Parecer. -----

----- Justificou que aquela Assembleia não tinha poderes para apreciar as contas daquelas entidades, nomeadamente SRU, Gebalis, EGEAC e EMEL, razão pela qual não era preciso parecer da Comissão. Explicou que quem tinha poderes para o fazer era a



Assembleia Geral respetiva, que era unipessoal e constituída pela própria Câmara. Entendeu que a 3ª, 7ª e 8ª Comissões poderiam querer chamar o Vereador do respetivo Pelouro. -----

----- Transmitiu que se concordassem com aquele encaminhamento iria colocar a informação no *site* e disse que existiam cópias, no NAC, e cd's para todos. Salientou que não iriam apreciar aquela matéria na semana seguinte, uma vez que tinham PAOD e Informação escrita, e que em princípios só iriam apreciar aquela matéria a dezoito de abril.

----- Questionou se concordavam com aquele encaminhamento, não se tendo verificado nenhuma intervenção naquele sentido. -----

----- Pediu ao Senhor Coordenador do NAC, o Arquiteto Formosinho Sanchez, que convocasse todas as forças políticas sem assento na 1ª Comissão. -----

-----3. Ajustamento do calendário (doc 2) com fixação da data das eleições locais

-----A Senhora Presidente considerou, em relação àquele ponto, que naquele ano iria ser mais simples, uma vez que aquele ano iria ser mais curto uma vez que as eleições já estavam marcadas para outubro. -----

----- Salientou que tinham de fazer, obrigatoriamente, uma sessão ordinária em setembro. Achou que seria mais prudente agendar para o dia cinco, com continuação, caso se justificasse, no dia doze. -----

-----4. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 3)-----

----- A Senhora Presidente transmitiu que já tinham entrado mais coisas, para além daquelas que se encontravam naquela lista. -----

----- Expôs que ia devolver à Câmara a Proposta nº 492/CM/2016, referente ao Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa. Mencionou que a Proposta tinha entrado em novembro do ano anterior e que a 3ª comissão ainda não se tinha pronunciado. Deduziu que não havia nada para dizer e deu aquele processo por encerrado. -----

----- Fez saber que a Proposta 753/CM/2016, uma Hasta Pública, tinha sido retirada pela Câmara e que a Proposta 26/CM/2017 ainda estava em apreciação. -----

----- A Senhora Segunda Secretária, a Deputada Municipal Margarida Saavedra, explicou que a 3ª comissão tinha agendado uma reunião e que, na altura, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa tinha comunicado que não iria poder comparecer. Informou que o Senhor Presidente da 3ª Comissão estava a aguardar que o Senhor Presidente da Câmara agendasse uma nova reunião. -----

----- A Senhora Presidente pediu aos seus serviços para confirmarem aquela situação com o Gabinete do Senhor Presidente e, pediu, também, para confirmarem as respostas que também tinham ficado de vir em relação àquele assunto. -----

----- Referiu que a Proposta nº 105/CM/2017 já estava pronta, mas que iria ter de esperar para a semana seguinte, e que já devia ter terminado a apreciação da Proposta nº 55/CM/2017, referente ao Plano de Dados Abertos para a Cidade de Lisboa. Pediu ao NAC para ver se precisava de mais tempo. -----

----- Disse que ia agendar as cinco Propostas de repartições de encargos. -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** recordou, em relação às matérias por agendar, que o PCP tinha feito uma recomendação para que ampliação do Hospital da Luz fosse acompanhada pela 3ª Comissão. -----

----- **A Senhora Presidente** transmitiu que a referida Recomendação, que entretanto havia sido reclassificada como Proposta 01/PCP/2017, já tinha baixado à 3ª Comissão. Tendo constado que a informação pretendida pelo Senhor Deputado Vasco Santos era no âmbito da monitorização, solicitou à Senhora Coordenadora do NAPLEN, a Dra. Rita Viegas, que depois informasse o Senhor Deputado.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** explicou que tinha focado aquele assunto porque havia sido consensualizado na Conferência de Representantes anterior que aquele assunto era estruturante e que se deveriam convidar todos os Grupos Parlamentares. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu à Dra. Rita Viegas que articulasse aquele assunto com o NAC.-----

----- Lembrou, relativamente aos Debates Temáticos, que o Relatório final do Debate subordinado ao tema “Economia na Cidade e no Trabalho” estava concluído e pediu aos serviços que o distribuíssem por todos os representantes. Realçou que não tinham fechado o modelo para o Debate Temático sobre a Habitação e, intuindo aquilo que o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles pretendia apresentar, disse que como tinha sido apresentado primeiro iria ter prioridade sobre os outros.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** quis saber quem é que tinha apresentado o Debate da Habitação.-----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que tinha sido apresentado pelos Deputados Independentes.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** disse que queriam propor um Debate Temático sobre o Metro de Lisboa, mais especificamente sobre a expansão da rede. Esclareceu que era um tema que estava em cima da mesa e que era uma decisão que tinha de ser tomada rapidamente por causa dos projetos e porque já estava orçamentado no OE daquele ano.-----

----- Focou que existia uma Recomendação daquela Assembleia, que tinha sido aprovada, a propor um debate sobre aquele tema. Considerou, aquele Grupo Municipal, que era pertinente encetar aquela discussão mas, salientou, teriam de realizar o Debate da Habitação no final de abril ou no início do mês de maio e o do metro, o mais tardar, em junho.-----

----- Concluiu que era aquela a proposta que tinham para apresentar, um Debate Temático sobre a expansão da rede do Metro de Lisboa. -----

----- **A Senhora Presidente** sugeriu que, no termos regimentais, apresentassem uma proposta em concreto. Transmitiu que não existia objeção nenhuma da sua parte e lembrou que, existindo urgência, podiam recorrer ao debate da atualidade, que tinha prioridade sobre qualquer outro tema.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** realçou que um Debate da Atualidade era um debate para ouvir outras forças políticas e que aquilo que pretendiam era ouvir outras pessoas, para criar massa crítica em torno do tema. -----



----- Colocou outra questão, relacionada com os requerimentos. Mencionou que tinham requerimentos, daquele mandato, com vários anos, que ainda não tinham tido resposta. ---
----- Enfatizou que aquele Órgão tinha direito de fazer requerimentos, fazer perguntas à Câmara e que era falta de consideração a Câmara Municipal não responder. -----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que, em conformidade com aquilo que havia sido combinado, enviavam mensalmente, à Câmara, a monitorização dos requerimentos e que a última monitorização enviada, no dia dezasseis de março, tinha, por responder, dois requerimentos de dois mil e catorze, vários requerimentos de dois mil e quinze, uma enorme quantidade de requerimentos de dois mil e dezasseis e alguns requerimentos de dois mil e dezassete. -----

----- Propôs que se sugerisse ao Senhor Presidente da Câmara, adicionar à Informação Escrita que iria apresentar na sessão Ordinária seguinte, o ponto de situação dos requerimentos que se encontravam por responder. -----

----- Pediu à Dra. Alexandra Casanova que, invocando a norma regimental, oficiasse o Gabinete do Senhor Presidente, naquele sentido, solicitando informação detalhada sobre aqueles requerimentos todos. -----

-----**5. Resultados da reunião de presidentes de assembleias municipais realizada em 31.3.2017**-----

----- **A Senhora Presidente** transmitiu, em relação àquele ponto, que ainda não tinha distribuído documentação. -----

----- Inteirou que tinha existido em dois mil e treze, antes daquele mandato, uma reunião de Presidentes de Assembleias Municipais, convocada por Mirandela, no sentido de aprofundar o papel das Assembleias Municipais tendo resultado, daquela reunião, um pequeno grupo de Presidentes Municipais que tinham andado a reunir para ver se conseguiam dignificar o trabalho das Assembleias. -----

----- Fez saber que, com o anúncio de descentralização de competências, e mais competências e recursos para os Municípios, se iria reforçar as responsabilidades do Executivo Camarário e que se deveria reforçar, também, a responsabilidade do Poder fiscalizador. Realçou que, no entanto, a Legislação não previa nada naquele sentido. -----

----- Mencionou que tinham sido tomadas várias diligências junto da Associação Nacional de Municípios no sentido de dignificar o trabalho das Assembleias Municipais, não tendo, a Associação Nacional de Municípios dado grande importância ao assunto. -----

----- Concluiu que aquele grupo de Presidentes de Assembleias Municipais tinha decidido fazer uma associação de direito privado, de e para Presidentes de Assembleias Municipais que pretendessem participar na Associação. -----

----- Lembrou que tinham tido, na semana anterior, uma reunião naquela Assembleia, na qual tinham estado presentes trinta e um Presidentes de assembleias Municipais. Expôs, relativamente à questão de, juridicamente, as Assembleias Municipais poderem ou não constituir uma Associação naquelas condições, que tinham concluído que ao abrigo do Direito de Associação o podiam fazer. Acrescentou que várias Assembleias Municipais já tinham aprovado uma deliberação naquele sentido, que tinham ratificado os seus estatutos e que os estatutos iriam baixar a todas as Assembleias Municipais para saber se concordavam ou não, se estavam disponíveis e se queriam integrar a Associação. -----



----- Salientou que os Órgãos eram provisórios, uma vez que iam ter eleições naquele ano, e que tinha sido estabelecida uma quota anual, proporcional à dimensão da cada Município. -----

----- Transmitiu que já havia sido concertada uma diligência, com caracter de urgência, junto da Associação Nacional de Municípios, no sentido de trabalharem em modo de cooperação. Esclareceu que aquela Associação não pretendia concorrer com a Associação Nacional de Municípios mas sim dignificar o trabalho das Assembleias Municipais. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco** propôs que se congratulassem, coletivamente, com aquela iniciativa. Salientou que naquela Assembleia viviam uma exceção, positiva, e que era preciso ter consciência disso. -----

----- Realçou que aquela iniciativa merecia o apoio e o estímulo de todos. -----

----- **A Senhora Presidente** acrescentou que a Comissão instaladora tinha solicitado que a Senhora Presidente ficasse a presidir um dos Órgãos provisórios da Associação e que tinha declinado o convite por não existir nenhuma deliberação daquela Assembleia sobre aquela matéria. -----

----- Inteirou que muitas Assembleias Municipais, por não terem sede própria, não podiam reunir e que nem sempre as Câmaras Municipais disponibilizavam um local para a realização das reuniões. Acrescentou ainda que era rara a Assembleia Municipal que tinha mais de uma pessoa nos serviços de apoio. -----

----- Estranhou que as Assembleias Municipais tivessem tanta responsabilidade nas decisões, tanto poder fiscalizador e depois não terem nem poder, nem autonomia administrativa e financeira para que o seu poder fiscalizador fosse real e efetivo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno** disse que concordava em absoluto. Enfatizou que era necessário dignificar o poder e a responsabilidade das Assembleias. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** também se congratulou com o aparecimento daquela Associação. Considerou que poderia ser uma boa altura para se fazer alguma movimentação junto do Governo, no sentido de alargar as transferências de competências e aumentar o papel das Assembleias Municipais. -----

----- **A Senhora Presidente** salientou que aquela fase, de criação de uma Associação, tinha tempos próprios e, alertou, que as coisas poderiam não ser tão rápidas. Disse que na reunião que se tinha realizado no sábado anterior, se tinha sugerido dar seguimento à sugestão que o Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República tinha deixado pela altura dos “40 Anos do Poder Local”. -----

----- Transmitiu que poderiam suscitar junto do Senhor Provedor de Justiça ou da Assembleia da República a possibilidade de se verificar a constitucionalidade da Lei das Atribuições e Competências, que não permitia, inteirou, ao Órgão fiscalizador alterar determinadas propostas do Órgão fiscalizado. -----

----- Não se tendo verificado objeções, disse que iria preparar uma proposta com dois pontos, nomeadamente, a ratificação dos estatutos e a decisão de entrar ou não na Associação. -----

----- **6. Resultados da reunião com Ministro da Saúde em 28.3.2017** -----

----- **A Senhora Presidente** partilhou que tinha tido, na semana anterior, uma reunião no Ministério da Saúde, com o Senhor Ministro da Saúde, a Senhora Presidente de



ARSLVT, o Senhor Vereador João Afonso e a Dra. Teresa Craveiro, responsável pelo, entre outros, perfil municipal de saúde.-----

----- Inteirou que o objetivo da reunião fora, basicamente, perceber as intenções do Governo em matéria de rede hospitalar.-----

----- Fez saber que, em relação àquela matéria, as intenções do Governo ainda eram um pouco genéricas e que aquilo que era essencial saber era que estavam a trabalhar no sentido de tentar lançar a construção do Hospital Oriental e que se mantinha o compromisso de que, enquanto o Hospital não estivesse pronto, os outros hospitais não seriam encerrados.-----

----- Disse que tinha ficado assente que o Senhor Vereador João Afonso e a Senhora Dra. Teresa Craveiro iriam acordar com ARS a redação daquilo que iria ser colocado no perfil municipal de saúde e que a redação que iria ser proposta teria de ir àquela Assembleia.-----

----- Mencionou que assim que estivesse escrito estariam em condições de chamar quer o Senhor Vereador, quer a ARS para transmitirem quais as propostas que tinham para a rede hospitalar de Lisboa no futuro. Garantiu que iria informar os Senhores Deputados assim que aquele assunto estivesse pronto para poderem agendar um debate em Comissão, ou com as Comissões que estavam a acompanhar a Colina de Santana e Direitos Sociais ou, eventualmente, em Plenário.-----

----- Transmitiu que o Senhor Ministro estava a negociar com a Autarquia apoios exteriores aos equipamentos hospitalares mas que eram, salientou, da maior importância, em matéria de acessibilidade, estacionamento e, entre outros, normalização de estacionamento.-----

----- Mencionou que uma das questões mais complexas, que teriam de discutir, era, eventualmente, o Hospital dos Capuchos, que, fez saber, ia ter um polo museológico e que poderia não ter, do ponto de vista da futura rede hospitalar, tanta necessidade de conteúdos. Disse que aquela Assembleia poderia contrapropor que fosse um hospital de retaguarda, realçando que os hospitais de retaguarda não estavam em cima da mesa.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** quis saber se existia alguma data indicativa para aqueles documentos.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que aquilo que havia sido pedido fora que a parte escrita, sobre a rede hospitalar, que devia ficar na carta de equipamentos de saúde que estava a ser finalizada pelos serviços do Senhor Vereador João Afonso, ficasse pronta em abril.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** expôs que a sua dúvida era no sentido de saber se já existiam valências aprovadas para os vários hospitais que se iriam manter na Colina de Santana, mais especificamente, um programa funcional definido e se saber se a Senhora Presidente tinha ouvido algo concreto em relação ao Hospital de São José.-----

----- **A Senhora Presidente** transmitiu que o Hospital de São José se iria manter como Hospital de referência, com valências que mais nenhum outro tinha, e que iriam criar mais condições de acessibilidade.-----



----- Reiterou que não lhes havia sido transmitida nenhuma intenção de desativar o Hospital de São José.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** realçou que era urgente reforçar, nos hospitais que ficassem, o reforço sísmico de todo o hospital.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que teriam de verificar quando chegasse a informação. Salientou que alguns daqueles hospitais tinham sido vendidos à *Estamo* e que ainda estavam na posse da *Estamo*.-----

----- Salientou que tinham de acompanhar, simultaneamente, o que é que pensavam da rede hospitalar, o que é que era o parque da Colina de Santana, o que é que Câmara pretendia para aquela zona e se aquela Assembleia pretendia, ou não, reforçar as valências em hospitais de retaguarda. Colocou aquelas matérias em cima da mesa abertamente.-----

----- Admitiu que não iria ser fácil fechar aquela matéria naquele mandato.-----

-----7. Comemorações do 25 de abril e 1º de maio-----

----- **A Senhora Presidente** começou por salientar que o dia vinte e cinco era feriado e que iriam ter, no dia dois, uma reunião com Declarações Políticas.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária e, também, Deputada Municipal Margarida Saaverda** lembrou que a última sessão com Declarações Políticas tinha sido prejudicada pelo período que a tinha antecedido. Considerou que, naquela fase, deveriam preencher uma única sessão com as Declarações Políticas ou, então, que aquele fosse o primeiro ponto de uma sessão.-----

----- **A Senhora Presidente** revelou que estava de acordo com a Senhora Deputada e justificou que tinham tido uma urgência na última sessão destinada às Declarações Políticas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Aberto Franco** manifestou que a sessão de Declarações Políticas prevista para o dia dois deveria cobrir a tarde daquele dia.-----

----- Lembrou que na sessão do dia vinte e oito de março aquele Grupo Municipal tinha sido impedido de apresentar a sua declaração política porque tinham apresentado a sua declaração no início daquele ponto e não no início da sessão, tendo a Senhora Segunda-Secretária, Presidente em exercício na altura, entendido, devido a uma divergência de entendimento do Regimento, que não o podiam fazer.-----

----- Disse que tinham acatado a decisão da Mesa e que mais tarde, um outro Grupo Municipal, tinha acabado por beneficiar da interpretação mais favorável do Senhor Primeiro-Secretário, que na altura estava a presidir à Mesa.-----

----- Fez saber que tencionavam apresentar, na sessão do dia dois de maio, a declaração que não tinham conseguido apresentar na sessão do dia vinte e oito.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária e, também, Deputada Municipal Margarida Saaverda** lembrou que no início da referida reunião o Presidente em exercício, o Senhor Primeiro-Secretário Rui Paulo Figueiredo, tinha tido o cuidado de lembrar aos Senhores Deputados aquilo que constava no Regimento e que até tinha dito que a Mesa era tolerante e iria deixar passar primeiro o PAOD esperando que os Senhores Deputados se inscrevessem.-----

----- Sublinhou que na altura se limitara a respeitar o aviso que o Senhor Deputado tinha feito no início da sessão e, aquilo que estava escrito no Regimento.-----



----- **A Senhora Presidente** deu aquele assunto como encerrado. Disse que já não se podia emendar o passado e que o dia dois de maio iria ser exclusivamente para as Declarações Políticas.-----

----- Sugeriu, voltando ao documento dois, um pequeno ajustamento. Apontou que estava previsto Declarações Políticas no dia dois, Perguntas à Câmara no dia nove e uma Sessão Extraordinária no dia dezasseis. Propôs que se trocasse o dia nove pelo dia dezasseis.-----

----- **8. Outros assuntos**-----

----- **A Senhora Presidente** transmitiu que tinha sido notificada pelo Tribunal Constitucional para que aquela Assembleia se pronunciasse em relação à eventual impugnação de inconstitucionalidade por fiscalização sucessiva da taxa de proteção civil. --

----- Disse que se sabia ter sido o Senhor Provedor de Justiça o autor da impugnação.-----

----- Solicitou que a notificação do Tribunal fosse distribuída pelos Senhores Deputados. Disse que já tinha dado conhecimento ao Gabinete da Câmara e ao Senhor Vereador João Paula Saraiva para comunicarem os seus argumentos o mais rapidamente possível e se colocar à consideração daquela Assembleia a resposta a dar ao Tribunal Constitucional, salientando que teria de ser uma deliberação daquela Assembleia.-----

----- Mudou de assunto. Mencionou que a sua Assessora Jurídica, a Dra. Alexandra Casanova, costumava fazer análises bastantes desenvolvidas das matérias que vinham da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Transmitiu que a Comissão Executiva na Área Metropolitana de Lisboa aprovava muitas coisas que depois tinha de levar ao Conselho Metropolitano e que tinham recebido a ata a dizer que tinha sido aprovado mas que não tinham recebido o documento daquilo que tinha sido aprovado. Salientou que tinham o maior interesse em saber o que é que tinha sido aprovado. Acrescentou que já tinham solicitado a informação e que lhes havia sido dito que ainda não tinha ido ao Conselho Metropolitano.-----

----- Pediu à Dra. Alexandra que explicasse o memorando.-----

----- **A Senhora Dra. Alexandra Casanova** partilhou que já tinha solicitado, por *email*, à Área Metropolitana de Lisboa que enviassem os documentos àquela Assembleia. Explicou que algumas situações tinham de ir, obrigatoriamente, ao Conselho e outras não, mas que a pessoa com quem tinha contactado não tinha sido capaz de esclarecer quais é que tinham de ir ao Conselho.-----

----- Disse que estava a aguardar a resposta.-----

----- **A Senhora Presidente** citou que tinham, no documento cinco, a candidatura para o sistema de aviso e alerta de tsunamis no estuário do Tejo, que considerou consensual, disse que tinham a elaboração do plano metropolitano de adaptação às alterações climáticas, algo que interessava conhecer e que tinham, entre outros, as atualizações tarifárias regulares dos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros, um assunto que era, também, da maior importância.-----

----- Realçou que eram assuntos da maior relevância e que enviarem uma ata a dizer que tinham aprovado aqueles tópicos sem explicarem o que é que tinha sido aprovado, era um pouco restritivo.-----



----- Transmitiu que estavam constantemente a receber pedidos, por parte de Delegações Sul Coreanas, para verem o funcionamento daquela Assembleia. -----

----- Disse que já tinha recebido uma ou duas daquelas delegações e que tinha percebido que não eram delegações de deputados mas sim de funcionários e que sendo delegações de funcionários teriam de ser recebidos por funcionários. Indagou se estavam de acordo com aquele critério. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária e também Deputada Municipal Margarida Saavedra** transmitiu, àquela Conferência, uma situação relacionada com o inquérito à Segunda Circular. -----

----- Expôs que o Partido Socialista e os Independentes tinham vetado a audição de pessoas e técnicos, de um modo que não tinha compreendido uma vez que, explicou, na semana seguinte, tinham ouvido um técnico da ATL. Apontou que tinham ficado reduzidos à audiência do Senhor Vereador Manuel Salgado e do Senhor Presidente. -----

----- Expôs que tinha sido a primeira vez que tinha acontecido, que o Partido Socialista tinha a maioria, mas a verdade é que não tinham conseguido apurar aquela questão o que era, na sua opinião, um péssimo precedente em termos democráticos. -----

----- Confessou que enquanto deputada se tinha sentido melindrada e que aquele não era um trabalho que se prestasse à Democracia, nem àquela Casa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto** transmitiu que aquela audição tinha sido bastante longa e considerou que não valia a pena estarem a reeditá-la naquela Conferência. -----

----- Asseverou que a Democracia tinha funcionado, que as votações tinham sido bem expressivas e que não tinham sido apenas rejeições com base em um, dois ou três votos de diferença. -----

----- Disse que tinha, desde logo, ficado, enquanto Deputado Municipal, com dúvidas sobre qual é que era Lei dos Inquéritos Parlamentares Municipais que pudesse, de alguma forma, regular tudo aquilo que, naquele caso, o PSD pretendia que se passasse naquelas reuniões. Transmitiu que quando aquelas dúvidas estivessem esclarecidas poderiam agir em conformidade. -----

----- Lamentou que se tivesse afirmado que aquela questão iria ficar por esclarecer, quando a audição com o Senhor Presidente, ou com os outros dois Senhores Vereadores, ainda não se tinha realizado. Considerou que aquelas afirmações eram extemporâneas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** transmitiu que tinha manifestado na própria sessão aquilo que pensava acerca daquela assunto e que não iria participar mais naquelas reuniões. -----

----- Disse que era competência da Assembleia informar sobre aquilo que se tinha passado, que a Assembleia era o Órgão fiscalizador. -----

----- Considerou que se tinha prestado um mau serviço à transparência e à Democracia sobretudo naquela situação, em que não existia proporcionalidade e que regimentar todos os Deputados e Presidentes de Junta para irem chumbar, o desejo dos Deputados, era feio. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** começou por revelar a sua estranheza pela decisão. -----



----- Expressou que, na opinião daquele Grupo Municipal, a Democracia não tinha sido colocada em causa uma vez que, justificou, existia uma maioria expressiva que tinha votado num determinado sentido do inquérito.-----

----- Estranhou, no entanto, que não tivesse sido proporcionado, por um Grupo Municipal, que tinha votado unanimemente num determinado sentido.-----

----- Realçou que aquele assunto tinha sido considerado “estruturante” e que o MPT não tinha sido convocado. Confessou que tinha sido desagradável.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** começou por dizer que de facto aquela reunião conjunta de várias Comissões tinha tido a particularidade de, e acentuou, pela primeira vez, ter sucedido tal coisa.-----

----- Referiu que o Senhor Deputado Municipal André Couto tinha, na altura, utilizado o mesmo argumento, o do enquadramento legal das Comissões de Inquérito da Assembleia Municipal. Disse que, naturalmente, não existiam porque não era uma comissão de inquérito e nem estavam previstas no Regulamento daquela Assembleia comissões de inquérito. Considerou que aquela discussão tinha ficado arrumada, em Plenário, na altura em que tinham discutido aquele assunto pela primeira vez.-----

----- Realçou que naquele mandato tinham sido ouvido imensos técnicos, que tinha existido um prazo prévio para se apresentarem nomes, que tinham sido propostos dezassete nomes e aprovados três.-----

----- Estranhou, não a clareza democrática da decisão, mas que existisse um impedimento, uma barragem a que se ouvissem nomes. Salientou que eram pessoas que apareciam citadas no processo e que era importante ouvi-las.-----

----- Lembrou que já tinham ouvido, sobre aquele assunto, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador do Urbanismo e que faltava ouvir o Senhor Vereador João Paulo Saraiva. Partilhou que tinha votado favoravelmente aqueles três nomes e considerou que se tinha perdido o objetivo inicial.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que tinha escutado as razões dos Senhores Deputados. Transmitiu que a sua interpretação, em relação às deliberações das Comissões, era que não competia à Mesa da Assembleia Municipal interferir nas deliberações das Comissões e que não existia sequer recurso das deliberações das Comissões e, não existindo, não podia, enquanto Presidente daquela Assembleia, fazer nada.-----

----- Acrescentou que já tinha tomado conhecimento, que sabia do desconforto sentido pelos Senhores Deputados, que já tinha falado com o Senhor Presidente da 5ª Comissão e da 8ª Comissão mas, reiterou, do seu ponto de vista, enquanto Presidente daquela Assembleia, não podia fazer nada. Registou a posição dos Senhores Deputados.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária e, também, Deputada Municipal Margarida Saavedra** contou que tinha ouvido o Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho dizer, na Comissão, que a competência de convocação e decisão de convocação era da Senhora Presidente. Considerou que seria importante a Senhora Presidente fazer um desmentido.--

----- Mencionou ainda que toda a gente tinha ficado com a ideia de que as pessoas não haviam sido convocadas por determinação da Senhora Presidente.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto** esclareceu que, tanto quanto se recordava, aquilo que o Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho tinha dito era que



seria sobre proposta da Assembleia, que a competência seria sempre, em última análise, da Senhora Presidente, mas, com base numa proposta da Comissão.-----

----- Salientou que estavam dois inquéritos em curso, um no Ministério Público e outro pelos serviços da Câmara, pedido pelo Senhor Presidente da Autarquia, e que os prazos estavam a ser cumpridos e que iriam ter respostas muito em breve. -----

----- Acentuou que era extemporâneo estarem a falar daquela questão e que deveriam deixar, quem de direito, e quem já tinha sido chamado a atuar naquela questão, produzir os seus resultados.-----

----- **A Senhora Presidente** procurou esclarecer onde é que entrava a Presidente da Assembleia naquelas questões. -----

----- Introduziu que o artigo número setenta e nove do Regimento dizia que a realização das reuniões extraordinárias deviam ser previamente comunicadas ao Presidente da Mesa que por vez daria, posteriormente, conhecimento à Conferência de Representantes. -----

----- Salientou que as reuniões extraordinárias estavam manifestas no *site* daquela Assembleia. -----

----- Explicou que eram comunicadas ao Senhor Presidente da Mesa porque era o Presidente da Mesa que tinha de autorizar as senhas de presença e porque, também, o Artigo oitenta e dois do Regimento daquela Assembleia, dizia que os contactos externos das Comissões com a Câmara, Órgãos de soberania ou entidades público ou privadas também se processavam através da Mesa.-----

----- Considerou que tinha sido uma má interpretação e reiterou que fazia aquilo que estava no Regimento, que tinha de validar, por causa dos pagamentos das senhas, as reuniões extraordinárias e, relativamente aos contactos externos, porque tinha de enviar o ofício.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária e, também, Deputada Municipal Margarida Saavedra** disse que, face às declarações do Senhor Deputado Municipal André Couto, concordava com aquilo que o Senhor Deputado Municipal Miguel Santos tinha dito.-----

----- Acrescentou que para ouvirem uma reprise daquilo que já tinha sido dito, que mais valia assumirem que não queriam que aquela Comissão funcionasse. -----

----- **A Senhora Presidente** acentuou que competia às Comissões tomar uma decisão. Apelou a todos que dignificassem o trabalho daquela Assembleia, que era, acentuou, aquilo que estava em causa. -----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

----- 1. Aprovação da ata 60, de 16.1.2017 (doc 1)-----

----- 2. Preparação da 138ª reunião da AML, 11.4.2017 - Sessão ordinária de abril, com apreciação de relatório e contas e revisão orçamental-----

----- 3. Ajustamento do calendário (doc 2) com fixação da data das eleições locais-----

----- 4. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 3)-----

----- 5. Resultados da reunião de presidentes de assembleias municipais realizada em 31.3.2017-----

----- 6. Resultados da reunião com Ministro da Saúde em 28.3.2017-----

----- 7. Comemorações do 25 de abril e 1º de maio-----



----- **8. Outros assuntos** -----
----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas treze horas e vinte e um minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____